

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA CONSTRUÇÃO DE UM PACTO NACIONAL PARA A AGROECOLOGIA



2021

COORDENAÇÃO:
FRANCISCO SARMENTO

PROGRAMA



**POLÍTICAS
AGROALIMENTARES
SUSTENTÁVEIS**



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA CONSTRUÇÃO DE UM PACTO NACIONAL PARA A AGROECOLOGIA

2021

COORDENAÇÃO:
FRANCISCO SARMENTO

PROGRAMA



**POLÍTICAS
AGROALIMENTARES
SUSTENTÁVEIS**



FICHA TÉCNICA

Título: São Tomé e Príncipe na construção de um Pacto Nacional para a Agroecologia

Coordenação: Francisco Sarmento

Editores: Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR), Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente (ADAPPA), Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF).

Local Edição: Lisboa

1ª Edição: Setembro de 2021

Cofinanciado por: União Europeia e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Fotografias: IMVF; Gustavo Lopes Pereira

Design e Paginação: Diogo Lencastre

Impressão: Finepaper

Tiragem: 500 exemplares

Esta publicação é produzida no âmbito do projeto “A Sociedade Civil na Consolidação da Governança Multiatores da Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe” (CSO-LA/2018/401-078), implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), pela Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR), e pela Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente (ADAPPA).

Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar excertos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.

Consulte a versão digital desta publicação em www.imvf.org

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico.

ACRÓNIMOS

- ACTUAR** – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento
- ADAPPA** – Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente
- AJIE** – Associação dos Jovens com Iniciativa Empresarial
- CADR** – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
- CATAP** – Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário
- CCAFS-CPLP** – Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CECAB** – Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico
- CECAFEB** – Cooperativa de Exportação de Café Biológico
- CECAQ-11** – Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade
- CEPIBA** – Cooperativa de Produção e Exportação de Pimenta e Baunilha Biológica
- CIAT** – Centro de Investigação Agronómico e Tecnológico
- CONSAN-CPLP** – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DP** – Direção de Pecuária
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FENAPA** – Federação Nacional das Associações dos Pequenos Agricultores
- FIDA** – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- FONG** – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe
- IPCC** – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- MADRP** – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONG** – Organização Não Governamental
- PAPAFPA** – Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PMA** – Programa Mundial de Alimentos
- RedeBio** – Rede para a Conservação da Biodiversidade
- RESCSAN-STP** – Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe
- RGPH** – Recenseamento Geral da População e Habitação
- SIPAM** – Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial
- STP** – São Tomé e Príncipe
- UE** – União Europeia

ÍNDICE

1. Prefácio	7
2. Introdução	9
3. Agroecologia e sistemas agrários e alimentares sustentáveis	11
4. Conformação do Sistema Alimentar de São Tomé e Príncipe	17
5. Contexto atual e opções estratégicas	23
6. Quadro institucional para a promoção da sustentabilidade	31
7. Recomendações visando o reforço da sustentabilidade alimentar e da agroecologia	37
8. Bibliografia	41

1. PREFÁCIO

São Tomé e Príncipe tem vindo a construir um caminho importante e reconhecido internacionalmente na promoção da agroecologia, o que é ilustrado com quase um quarto de toda a sua área agrícola alocada à produção biológica! Dados de 2019, recentemente publicados, atestam que São Tomé e Príncipe é o país africano com a maior percentagem de área agrícola dedicada à produção biológica e o terceiro país à escala mundial (logo atrás de Liechtenstein e Áustria)¹. São Tomé e Príncipe é, atualmente, o país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com maior área agrícola dedicada à produção biológica e agroecológica.

Esta conquista é fruto de um trabalho permanente e concertado, que envolve múltiplos atores, aliados e parceiros.

De facto, o presente estudo reflete a trajetória que o país tem consolidado e sistematiza recomendações por parte da sociedade civil que têm vindo a ser partilhadas nos espaços de articulação e negociação existentes, como é o caso do CONSAN-STP, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Este Conselho tem, aliás, contribuído para garantir o diálogo e a construção de consensos nacionais em prol da transição para sistemas alimentares sustentáveis e agroecológicos, em linha com a proeminência que a governança dos sistemas alimentares tem assumido na agenda política global.

O reconhecimento da importância da opção estratégica de promoção da agroecologia a partir de uma governança inclusiva e democrática está implícito e explícito nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto PAS-STP - Políticas Agroalimentares Sustentáveis em São Tomé e Príncipe, cofinanciado pela União Europeia (UE) e pelo Camões, I.P.

Neste contexto, a recomendação expressa e sustentada na presente análise de constituir uma rede de entidades interessadas num projeto de transformação do sistema alimentar, visando um pacto nacional agroecológico para São Tomé e Príncipe, assume centralidade e merecerá todo o nosso empenho na sua concretização.

Afinal, como expresso pelo autor, “A agroecologia pode ser não apenas parte do processo de mudança como catalisador do mesmo”.

¹ The World of Organic Agriculture. FiBL & IFOAM - Organics International, 2021.

É precisamente como catalisadores que podemos e devemos assumir os nossos papéis, a partir de ações coordenadas e complementares que promovam um verdadeiro pacto nacional agroecológico para São Tomé e Príncipe. Pacto esse que será tanto mais efetivo quanto mais envolver e for apropriado pelos diferentes atores, na sua diversidade e nas suas competências, reforçando as trajetórias iniciadas e estimulando novos e renovados passos conjuntos.

Eng.º Francisco Martins dos Ramos

MINISTRO DA AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL
DA REPÚBLICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



2. INTRODUÇÃO

A agroecologia é um conceito dinâmico que ganhou proeminência no discurso científico, agrícola e político nas últimas décadas. É cada vez mais promovida como sendo capaz de contribuir para a transformação dos sistemas agrários através da aplicação de princípios ecológicos à agricultura. Estes princípios permitem a utilização regenerativa dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, enquanto abordam a necessidade de sistemas alimentares socialmente equitativos dentro dos quais as pessoas possam exercer a sua escolha sobre o que comem e como e onde são produzidos os alimentos.

A conformação histórica do sistema alimentar de São Tomé e Príncipe assenta sobre um frágil ecossistema pressionado por um sistema agrário agroexportador, principal fonte de divisas para um país com elevada dependência da ajuda externa. Este sistema não foi ainda, contudo, capaz de resolver os problemas de insegurança alimentar e nutricional do país e tem contribuído para a manutenção de relações de poder desiguais no acesso a vários recursos, as quais se cristalizaram na base do próprio Estado.

Sabe-se que a ausência de instituições fortes em São Tomé e Príncipe tem origem nas características do processo colonizador e nas relações económicas e sociais nele enraizadas. Mas, o que se valoriza menos é que isto decorre essencialmente do modelo agroexportador no qual o país se inseriu na economia do Atlântico. Isto contribuiu para a atual dificuldade de geração de um projeto social de mudança, a médio e longo prazo, no país para este tema.

A agroecologia pode ser não apenas parte do processo de mudança como catalisador do mesmo.

Este trabalho aborda, portanto, a conformação do sistema alimentar do país, as suas principais trajetórias, as instituições existentes e conclui com algumas recomendações globais e iniciais nas áreas do conhecimento, produção, uso dos recursos naturais e comercialização / consumo para a promoção ativa da agroecologia e transformação do sistema alimentar do país.

3. AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGRÁRIOS E ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

A agroecologia é um conceito dinâmico que ganhou proeminência no discurso científico, agrícola e político nos últimos anos. É cada vez mais promovida como sendo capaz de contribuir para a transformação dos sistemas agrários e alimentares; a diferenciação entre ambos será explorada mais adiante. Estes princípios permitem a utilização regenerativa dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, enquanto abordam a necessidade de sistemas alimentares socialmente equitativos dentro dos quais as pessoas possam exercer a sua escolha sobre o que comem e como e onde são produzidos os alimentos.

No caso deste trabalho, importa reter que a agroecologia pode ser entendida como a gestão ecológica dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise de muitos sistemas agrários e alimentares onde se insere o caso de São Tomé e Príncipe. Isso é feito por meio de propostas mais participativas, nos campos de produção e circulação de produtos, visando estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para enfrentar a deterioração ecológica e social geradas por sistemas conformados de “cima para baixo” ou de “fora para dentro”. A estratégia usada é sistêmica, considerando a exploração agrícola, a organização comunitária e o quadro institucional onde se situam os sistemas de conhecimento (locais, camponeses) com potencial para melhorar a biodiversidade ecológica e sociocultural. Para desenvolver essa estratégia, a agroecologia introduz, juntamente com o conhecimento científico, outras formas de conhecimento.

Evidências empíricas (Altieri, 1985; Gliessman, 1998) mostraram, por exemplo, que o conhecimento acumulado sobre agroecossistemas no passado pode fornecer soluções específicas para resolver problemas sociais e ambientais atuais. Isto é ainda mais válido se os atores (com visões de mundo diferenciadas), que interagiram com o sistema agrário em diferentes momentos históricos, contribuírem com os seus conhecimentos para obter tais soluções. Existem múltiplas formas de conhecimento em grupos historicamente subordinados que podem ser recuperadas para incorporação na conceção de estratégias agroecológicas.

A abordagem agroecológica é, portanto, muito útil para “reinterpretar a questão do poder” e inseri-lo num modelo ecológico. É o confronto entre um modelo de sistema mais artificial, fechado e es-

tático, cristalizado no Estado, e um modelo de ecossistema dinâmico e plural, assente na sociedade.

As práticas agroecológicas aproveitam, mantêm e melhoram os processos biológicos e ecológicos na produção agrícola, para reduzir a utilização de fatores de produção que incluem combustíveis fósseis e agroquímicos e criar agroecossistemas mais diversos, resilientes e produtivos. Estas práticas incluem, por exemplo, a diversificação nas rotações e na produção; culturas intercalares; misturas de cultivar; técnicas de gestão de habitat para a biodiversidade associada às culturas; controlo biológico de pragas; melhoria da estrutura e saúde do solo; fixação biológica de azoto; e reciclagem de nutrientes, energia e resíduos. Não existe um conjunto definitivo de práticas que possam ser rotuladas como agroecológicas. Mas, as práticas agrícolas podem ser classificadas ao longo de um espectro e qualificadas como mais ou menos agroecológicas, dependendo da medida em que os princípios agroecológicos são aplicados localmente. Na prática, isto reduz-se à medida em que: (i) dependem de processos ecológicos em oposição a fatores de produção adquiridos; (ii) são equitativas, ecológicas, localmente adaptadas e controladas; e (iii) adotam uma abordagem sistémica que abrange a gestão das interações entre componentes em vez de se centrarem apenas em tecnologias específicas.

A agroecologia tornou-se o quadro político global sob o qual muitas organizações camponesas em todo o mundo afirmam os seus direitos coletivos e defendem uma diversidade de sistemas agrícolas e



alimentares localmente adaptados, principalmente praticados por pequenos produtores de alimentos.

Entre outras vantagens da agroecologia, refira-se que esta pode influenciar positivamente o aumento do fornecimento de alimentos às famílias em fases críticas durante o ano, com escassez de disponibilidade de alimentos, ou uma melhor nutrição das crianças e outros grupos vulneráveis. Outros exemplos mostram que uma maior diversificação na produção vegetal aumentou a diversidade das dietas, e com isto os diferentes fatores de saúde melhoraram. A diversificação na produção também aumentou a resiliência aos impactos das alterações climáticas. Além disso, é possível afirmar influências positivas na situação económica dos agregados familiares, bem como no empoderamento das mulheres.

A aceitação da agroecologia pelas agências internacionais como uma das vias e alternativas para desenvolver a agricultura sustentável e os sistemas alimentares na arena política tem um marco oficial importante em 2014, quando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) organizou o primeiro Simpósio Internacional de Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição, seguido mais tarde por 7 reuniões regionais (de 2015 a 2017) na América Latina, África, Ásia e Europa. Um segundo Simpósio Internacional foi convocado pela FAO em 2018 sobre a expansão da agroecologia para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isto abriu caminho à expansão da iniciativa agroecológica da FAO face à crescente evidência da contribuição da agroecologia para o desenvolvimento da agricultura sustentável e dos sistemas agrários e alimentares. Aqui será o ponto para esclarecer mais em pormenor a ligação da agroecologia com os sistemas agrários e alimentares.

Para Mazoyer & Roudart (2008), um sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido que responde às condições e necessidades de certo momento.

Pode-se definir um sistema agrário como sendo a combinação do meio cultivado; dos instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); do modo de artificialização do meio; da divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; dos excedentes agrícolas e das relações de troca com outros atores sociais; das relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; do conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social. Em resumo, o sistema agrário centra-se na produção agrícola, na sua transformação e comercialização e nas relações destas etapas com o ecossistema.

Já o sistema alimentar abrange todo o leque de atores e suas atividades de agregação de valor - na produção, agregação, processamento, distribuição, consumo e descarte de produtos alimentares oriundos da agricultura, silvicultura ou pescas. Inclui, ainda, outras componentes ambientais, económicas e sociais do contexto / território onde está inserido. Um sistema alimentar resulta, portanto, dos seus subsistemas e da interação com outros sistemas (como sejam, energia, saúde e turismo).

Os rápidos desenvolvimentos dos sistemas alimentares nas últimas décadas produziram alguns resultados positivos, como a expansão das oportunidades de emprego, a ampliação das opções de acesso a alimentos de outros sistemas, satisfazendo, assim, as preferências dos consumidores em termos de sabor, forma e qualidade, principalmente nos países do norte, mas também do sul. Desenvolvimento esse que permitiu a diminuição do custo de acesso aos alimentos. Contudo, as rápidas transformações verificadas, resultaram em várias externalidades que colocam em causa a sua sustentabilidade.

Em primeiro lugar, pelo acesso mais facilitado a alimentos processados, com alto teor calórico e baixo valor nutricional. Isto tem originado uma verdadeira epidemia de obesidade e doenças relacionadas. Em segundo lugar, pelo acesso limitado dos agricultores familiares e empresas agrícolas de pequena e média dimensão a mercados viáveis. Em terceiro lugar, pelos altos níveis de perda e desperdício de alimentos. Em quarto e último lugar, pela geração de inúmeros problemas ambientais e de saúde humana e animal. A sustentabilidade



destes sistemas é, portanto, um dos maiores desafios atuais ao nível global. Por essa razão, já se consensualiza a necessidade urgente de transformar os sistemas alimentares em modelos mais inclusivos e sustentáveis. Em conformidade com a definição proposta pela FAO (2018), um sistema alimentar sustentável é aquele que garante segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, de tal forma que os fundamentos económicos, sociais e ambientais destes não comprometem o acesso das gerações vindouras, o que implica necessariamente a sua sustentabilidade económica, social e ambiental.

A complexidade que assumem hoje os sistemas alimentares implica o desenho de novas ferramentas de análise para promover a sua sustentabilidade. Algumas abordagens têm sido desenvolvidas com essa intenção. As abordagens de desenvolvimento da cadeia de valor, por exemplo, procuram determinar como o valor é criado e capturado, não apenas pelos produtores, mas também por outros atores, incluindo trabalhadores, governos e consumidores. Esta abordagem tende a identificar soluções para melhorar o desempenho de uma cadeia. Está, por isso, assente na visão de “cadeia produtiva” e concentra-se em mercadorias específicas, tendendo a não valorizar as interdependências entre as diferentes cadeias de valor. Contudo, sabe-se que os agricultores familiares combinam o cultivo de uma variedade de culturas com atividades de gado, pesca e / ou silvicultura. Sabe-se, também, que estes exploram os recursos naturais, dependendo do resultado económico da sua policultura e, portanto, da sua inserção em diferentes cadeias de valor. Sabe-se, também, que o estado nutricional dos consumidores depende de dietas compostas por vários produtos, pelo que resulta de opções relacionadas com o comportamento de diferentes cadeias de valor. Refira-se ainda que a estruturação do sistema alimentar em cadeias de valor contribuiu para uma especialização produtiva que gera externalidades ambientais e problemas económicos para muitos agricultores familiares e pequenas e médias empresas agro-pecuárias.

Mais recentemente, têm sido envidados esforços no sentido de desenvolver ferramentas para uma abordagem mais holística, onde se situam os designados “sistemas alimentares sustentáveis” (FAO, 2018). Estes são parte do objetivo de contribuir para a redução da pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional. Centram-se no desempenho de três dimensões da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Na **dimensão económica**, um sistema alimentar é considerado sustentável se as atividades realizadas por cada ator do sistema alimentar ou fornecedor de serviços de apoio forem comercialmente ou fiscalmente viáveis. As atividades devem gerar benefícios, ou valor agregado económico, para todas as categorias inseridas como partes interessadas: salários para os trabalhadores, impostos para os governos, lucros para os empresários e melhorias no abastecimento de alimentos para os consumidores.

Na **dimensão social**, um sistema alimentar é considerado sustentável quando há equidade na distribuição do valor agregado, tendo em consideração os grupos mais vulneráveis categorizados por género, idade e raça. As questões da equidade remetem, por seu turno, para a questão do poder, aspeto particularmente importante em São Tomé e Príncipe. As atividades do sistema devem igualmente contribuir para outros aspetos socioculturais, como nutrição e saúde, tradições, condições de trabalho e bem-estar animal.

Na **dimensão ambiental**, a sustentabilidade é determinada ao garantir que os impactos das atividades do sistema alimentar no ambiente natural sejam neutros ou positivos, tendo em consideração a biodiversidade, a água, o solo, os animais e as plantas. Aqui se equaciona, também, a pegada de carbono, pegada hídrica, perda e desperdício de alimentos e a sua toxicidade.

Neste trabalho consideramos um sistema alimentar territorial sustentável como um sistema que garante segurança alimentar e nutricional aos grupos mais vulneráveis de um território, sem que as suas bases económicas, sociais e ambientais sejam colocadas em risco para as gerações futuras.

Segundo esta abordagem, o desempenho nas diferentes dimensões é determinado pela trajetória histórica e características atuais do sistema, assim como pelo comportamento de diversos atores ou pela sua conduta (racionalidade), a qual é fortemente influenciada pela sua história individual e coletiva assim como pelo ambiente institucional vigente.

Daqui resulta, tal como na agroecologia, que a promoção futura de um sistema alimentar mais sustentável tem de considerar a sua dependência de trajetórias anteriores, as quais geram múltiplos conhecimentos para a superação dos seus principais constrangimentos.

Importa, por isso, verificar a conformação do sistema alimentar em São Tomé e Príncipe e as suas trajetórias, temas abordados em seguida.

4. CONFORMAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Sabe-se que a construção do sistema escravista, base de acumulação para a expansão do mercantilismo e surgimento do capitalismo moderno no Brasil, sustentou-se em grande parte no conhecimento técnico desenvolvido e acumulado nas ilhas Atlânticas, em particular em São Tomé e Príncipe. O país forma-se, assim, enquanto centro de experimentação e aprendizagem e, nesse contexto, consolidou os seus sistemas agrários e a sua trajetória de desenvolvimento posterior (Sarmiento, 2008).



Excluindo algumas zonas de mangue muito pequenas e de dunas de areia na costa, a vegetação original de São Tomé era constituída por florestas húmidas que cobriam uniformemente a ilha desde o litoral até ao cume do Pico de São Tomé.

A ocupação das áreas planas e mais baixas para a produção açucareira permitem que, segundo Alencastro (2000), em São Tomé, pela primeira vez na história do ocidente, a aprendizagem vinculada à produção açucareira se estendesse aos homens forros e escravos imunizados e especializados no trabalho colonial, às plantas, aos métodos de cultivo, à criação de gado, aos tipos de moendas açucareiras e, até, às instituições de controlo indireto. O modelo agrário escravista é, portanto, ensaiado em São Tomé e esse conhecimento é depois fundamental para o seu desenvolvimento no Brasil. Mas,

mais do que o modelo agrário, tratava-se da gestão do futuro (alimentar) do país.

No caso das plantas, por exemplo, efetua-se a substituição alimentar para abastecimento das feitorias, dos armazéns e dos marinheiros. Produtos cultivados e integrados na dieta alimentar da costa da Guiné, como o inhame, a banana, o azeite de dendê, o coco e a pimenta malagueta tomam o lugar das bolachas de trigo, do queijo, do azeite de oliva e do alho da Europa. Fauna e flora são também moldados nesse intercâmbio determinado de “fora para dentro”.

Com a gradual entrada e consolidação da produção açucareira no Brasil, assiste-se ao declínio acentuado de São Tomé a partir de 1600. Grande parte dos fazendeiros mudaram-se para o Brasil (Seibert, 2001). A decadência açucareira permite, contudo, o controlo político das ilhas pela elite forra, que assume o controlo da igreja, da administração local e das terras. Pela sua importância, este aspeto merece uma explicação mais detalhada.

Desde o início da colonização que os “forros” tiveram acesso a glebas que, pela sua área reduzida, não tinham valor significativo para a produção. Naturalmente, e como referido anteriormente, o regime de monocultura ocupou inicialmente as áreas mais férteis, planas e com água abundante, e nelas desenvolveu a produção de cana-de-açúcar (ainda hoje essas são as áreas com maior concentração populacional). Com o declínio da produção açucareira, e no quadro do absentismo vigente e do abandono das terras antes utilizadas para a



cana-de-açúcar, existiam vastas áreas abandonadas que foram sendo ocupadas (ou) agregadas pelos forros e crioulos (e em menor escala por escravos). Outras áreas foram reocupadas pela floresta, anteriormente cortada para instalação da cultura da cana-de-açúcar.

A atividade comercial que existia fazia-se com embarcações que percorriam a costa e trocavam as sobras do comércio continental por produtos locais como a mandioca, milho, feijão, inhame, azeite de dendê, gengibre e algum algodão. A introdução do café (*Coffea arábica*) e do cacau (*Thebroma cacao* L.) para manutenção das relações de poder já iniciadas veio alterar a situação anterior assim como alterar a distribuição geográfica da população.

A introdução do café em São Tomé e Príncipe é proveniente do Brasil pela mão do então nomeado governador, João Baptista e Silva. Registos de João Baptista e Silva admitem a existência de plantas de café trazidas para experimentar, por ele próprio, em 1789. Isto reforça a ideia de que o café tenha vindo do Pará ou do Maranhão, porque em 1748 já havia nessa área cerca de 17 mil plantas de café, enquanto no Rio de Janeiro este ainda não tinha expressão significativa. Repare-se que Portugal estava mais interessado em que se produzisse algodão em São Tomé e Príncipe, e fez várias tentativas nesse sentido. No entanto, esta cultura nunca se desenvolveu face ao peso das ligações existentes de São Tomé e Príncipe com o Brasil.

O café rapidamente ocupa terras mais altas movendo a população para as zonas rurais da ilha de São Tomé. A ilha do Príncipe, até então a capital administrativa, inicia um longo período de decadência. Em 1830, o café rendia um quarto da receita pública de São Tomé. Nas décadas seguintes, este processo de renascimento da atividade agrícola empurraria os ilhéus para fora das terras entretanto ocupadas. A falta de mão de obra faz com que formas diversas de escravidão subsistam nas ilhas até ao início do século XX, e que a “importação” de “voluntários” se estenda a Angola e a Cabo Verde.

O regime de trabalho com contrato moldou significativamente a sociedade são-tomense e não foi mais do que a continuação do sistema agrário escravista anterior. Estas situações ainda se agravariam mais com a expansão do cacau pelo final do século XIX. Sabe-se que o cacau foi trazido da Bahia e introduzido como planta ornamental na ilha do Príncipe em 1822 por José Ferreira Gomes, natural de Benguela (Ferrão, 1992). A expansão do café não lhe deu muito espaço para se desenvolver comercialmente até que os seus baixos preços no mercado internacional e o sucesso da cultura do cacau na Bahia entusiasmassem as elites locais, as quais possuíam ligações familiares com esta região do Brasil. Neste processo, introduziu-se, também, a fruta-pão (*Artocarpus communis*) em São Tomé e Príncipe, a qual é, ainda, uma das bases alimentares da população (originalmente, os mais pobres).

Em 1913, segundo Seibert (2001), o cacau ocupava 62.500 hectares em São Tomé e cerca de 10.000 hectares no Príncipe. As terras, antes ocupadas pelos crioulos e nativos, foram ocupadas, fazendo com que 90% da terra no país estivesse na mão da grande empresa exportadora. Refira-se que a memória das gerações atuais traduz a ideia de que o sucesso e o insucesso da cultura de cacau em São Tomé e Príncipe marcaram a trajetória das ilhas até aos dias de hoje, não valorizando que a introdução do próprio cacau derivou de uma trajetória mais ampla de subordinação. Como se sabe, o país chega a ser o primeiro produtor mundial de cacau no início do século XX, até ser superado pelo Brasil e por outros países africanos. Isto foi efetuado com custos ambientais significativos. Explica-se em seguida.

As ilhas de São Tomé e do Príncipe possuem uma das florestas equatoriais mais exuberantes do equador, fundamental para o seu equilíbrio ecológico. Quando os produtores de cacau descobriram que, derrubando parte da floresta e intensificando a luz absorvida, conseguiam maiores produções, terminaram com o frágil equilíbrio existente, modificaram o regime de pluviosidade e iniciaram uma trajetória que ainda hoje é vivida (ver adiante os novos problemas da deflorestação).

Em 1918, os cacaueiros começaram a morrer aos milhares devido a um inseto (“*Heliethrips rubrocintus*”). A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1930 faz descer os preços internacionais do cacau, liquidando lentamente com o “ouro” são-tomense. Os custos de produção, representando mais de 70% das vendas, explicam também a decadência do cacau em São Tomé. Em 1975, véspera da independência do país, a área total plantada não superava os 25.000 ha produzidos, com mão de obra sob regime de contrato, em especial, Angolanos (Seibert, 2001; Ferrão, 1992; Enders, 1994).²

Após a independência, as roças são intervencionadas pelo Estado, mas a conjuntura internacional e a situação económica, política e social do país não permitem melhorias significativas nas condições de vida da maioria da população.

A nacionalização da economia e a conservação da economia de plantação, como política de Estado, favoreceu a elite forra que conseguiu reaver as terras antes expropriadas pela burguesia portuguesa (favorecendo o seu uso privado, contudo em condições de ausência de capacidade técnica e financeira) e impediu o surgimento de uma economia de pequenos produtores baseados em não-forros. A alienação da maioria da pequena burguesia forra, a orientação política e as comunicações restritas com o exterior geraram um ainda maior isolamento da sociedade são-tomense.

² Em 1910, um grande produtor, Francisco Mantero, calculava em 120.000 hectares a área total das ilhas, estando em produção 62.000 hectares.

Os cidadãos afastam-se do partido que reclamara representá-los legitimamente. A reorientação política da década de 1980 (economia de mercado), faz-se não por isso, mas pela dependência externa do país. A reforma agrária que se faz (com base em processos de privatização da terra) apenas se realiza em decorrência do programa de ajuste estrutural das décadas de 1980 e 1990 e de programas visando o relançamento da produção de cacau (não havia alternativa económica a curto e médio prazo, segundo os doadores), e a criação de uma classe de pequenos e médios produtores.

Note-se que, em 1991, a proporção entre terras ocupadas pelas plantações e por pequenos agricultores era a mesma que em 1926, ou seja, 86% das terras aráveis pertenciam às plantações nacionalizadas (exploradas com base em contratos de arrendamento ou de gestão, muitas vezes pagos pelo Banco Africano de Desenvolvimento), 9% a empresas de média dimensão e 5% aos cerca de 13.779 pequenos agricultores existentes no país. Naturalmente, nestes 5% estão maioritariamente - ou quase exclusivamente - os descendentes de escravos e trabalhadores do regime de contrato, ou seja, a população não-forra.

O uso da maior parte dos lotes de pequenos produtores produz, na maioria dos casos, cacau, banana-pão e banana-prata, e, quando envolvendo sistemas agro-florestais, também mandioca, palmeiras de dendê e coqueiros. Este sistema, ainda baseado, em termos de geração de recursos via mercado, no cacau, não permitiu a acumulação e (ou) investimento ao longo deste período, o que, a par da inexperiência dos pequenos produtores, da ausência de crédito, do apoio técnico e das infra-estruturas básicas para acesso a mercados, gera nestes a necessidade de corte de floresta para venda de madeira e carvão.

Seibert (2001: 85) refere que “A estigmatização como cidadãos de segunda classe, o baixo nível de escolarização, anos consecutivos de submissão e a marginalização política transformaram os trabalhadores das plantações em individualistas, indiferentes e apolíticos [...] comunidades de interesse, espírito de iniciativa, criatividade, mecanismos de resolução de conflitos [...] e representação ao nível político são muito ténues”.

O objetivo retórico de vários governos nas décadas de 1980 e 1990 de reduzir a migração para as cidades (10% para 33% da população entre 1960 e 1991), reduzir a importação de alimentos (todos importados com exceção da carne, frutas, tubérculos e bananas), nunca de facto se alcançou nem se alcançará se as trajetórias de longo prazo assentes no carácter agroexportador de *commodities* não forem, renovadamente, abordadas à luz das oportunidades internas e externas que hoje se colocam para a evolução do sistema alimentar e da nação.

Note-se que contrariamente a outras colónias de plantação, como por exemplo as ilhas do Caribe, São Tomé e Príncipe tem em particular o facto de ter sido submetida a um processo colonial baseado na união inter-racial promovida pelos Portugueses (e mais tarde pelos Brasíliaos – designação para os nascidos no Brasil) como forma de colonizar o país. Esta elite mestiça e os forros foram tendo direitos iguais e participação em maior ou menor escala na vida económica e política das ilhas, dominando também a igreja. Contudo, a burguesia nacional, assim constituída, esteve sempre dividida estabelecendo, essencialmente, redes de parentesco e irmandades religiosas, enquanto motores da ação coletiva. A representação política dos não-forros é, nesse contexto, minoritária, já que a descendência familiar, a posse de uma pequena parcela de terra, a recusa de trabalhar em plantações, a criação e filiação em organizações católicas e associações culturais, e a inserção no aparelho administrativo como fonte de promoção social e económica, tornaram-se, desde cedo, uma possibilidade apenas dos forros.

Estes sempre se opuseram aos processos de modernização económica e social do país que pudessem (legitimamente ou não) ameaçar os seus interesses ou a visão (conservadora e isolada) que possuíam dos mesmos. Por isso, o pluripartidarismo não se caracteriza por propostas ideologicamente distintas ou projetos nacionais divergentes, mas sim pela representação de interesses de indivíduos ou facções diferentes, o que, somado à tradicional competição pelos recursos (nacionais ou estrangeiros) da elite forra, em particular quando ocupa lugares de poder, tem gerado estruturas e políticas de governo descoordenadas, ineficientes e muitas vezes marcadas pela corrupção.

A ausência de instituições fortes tem, assim, origem nas características do processo colonizador e nas relações económicas e sociais enraizadas na conformação dos sistemas agrários e do sistema alimentar do país, hoje mais vulnerável pela maior exposição ao mercado globalizado como a seguir se indica.

5. CONTEXTO ATUAL E OPÇÕES ESTRATÉGICAS

A agricultura contribui para 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em São Tomé e Príncipe sendo (ainda) o setor com maior percentagem no mesmo. Os restantes são a ajuda externa e o turismo. A produção agrícola somada a outras componentes envolvidas no setor alimentar (serviços, transformação, gastronomia, distribuição alimentar, etc) fazem com que o sistema alimentar seja provavelmente a base do PIB e de qualquer estratégia de desenvolvimento nacional, até porque se estima que ocupe perto de 80% da população ativa. Trata-se de um setor essencialmente familiar. Estimativas para a agricultura indicam que 90% da agricultura é feita por pequenos produtores e mão de obra familiar, onde as mulheres possuem um papel fundamental.

No país, segundo dados da Direção de Planeamento e Estudos do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MA-DRP), existem aproximadamente 12.000 produtores, 3.500 pescadores artesanais, cerca de 5.000 madeireiros e estima-se que a atividade agrícola é praticada numa área, aproximadamente, de 42.000 hectares.

Os inquéritos e estudos realizados nos últimos anos apontam para um nível de pobreza da população (sobretudo no mundo rural) perto dos 54% e de pobreza extrema em 15%. Segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2013, a população urbana já representa 44% do total e mais de 60% reside num raio de 15 km à volta da capital, São Tomé, que tem recebido continuamente mais população do meio rural.

Nas comunidades rurais, as mulheres chefes do agregado familiar representam 25-30% do total dos beneficiários de terra. Entretanto, a fraca mobilidade social das mulheres e o seu nível de rendimento relativamente baixo indicam a existência de várias limitações no controlo e na utilização dos produtos de exploração destas terras. No meio rural, as mulheres dedicam-se à pequena pecuária (criação de porcos, aves de capoeira e caprinos), assim como à venda do vinho e do óleo de palma. Regra geral, o envolvimento das mulheres em atividades alimentares da família é dominante e conforma uma situação em que são elas, de facto, as guardiãs da segurança alimentar e nutricional e da cultura alimentar do país, em detrimento da sua mobilidade social.

Importa verificar, agora, as principais características dos sistemas agrários, iniciando pela produção da agricultura e pecuária. A atividade agrícola é desenvolvida em zonas de cobertura de floresta de sombra, parte da zona de cobertura de savana e de consociação agroflorestal, conforme se pode depreender do quadro abaixo indicado.

QUADRO 1 - COBERTURA DO SOLO E UTILIZAÇÃO DO SOLO

DESIGNAÇÃO	OCUPAÇÃO (CULTURAS)	OCUPAÇÃO (ÁREA)
Savana	Milho de sequeiro, cana-de-açúcar, mandioca, mamão, manga, gramíneas e leguminosas para pastoreio	Cerca de 7.000
Floresta primária	Florestas naturais “ôbô”	28.000
Floresta secundária (geralmente nas encostas)	Terras onde agricultura foi abandonada e ocorreu regeneração natural de floresta	26.000
Floresta de sombra	Cacau, café, banana, pimenta, baunilha, palmeira e coqueiro	32.000
Consociação agroflorestal	Espécies madeiras, fruteiras (arbóreas e arbustivas), bananeiras, cacau, café, coqueiros, matabalas, mandioca e inhame	8.000

Esta agricultura, maioritariamente efetuada por agricultores de reduzida dimensão e essencialmente com mão de obra familiar, não é mecanizada e é altamente dependente de fatores externos à exploração. Água, fatores de produção e energia têm custos acrescidos ou são inacessíveis para grande parte dos agricultores.

De facto, apesar da sua riqueza hídrica, a agricultura depende fortemente do nível de pluviometria. Durante o período seco - “gravana” - os agricultores vêem-se impedidos de desenvolver a atividade agrícola em muitas regiões. Se anteriormente a irrigação das plantações era garantida por uma rede de valas que tinham uma manutenção permanente, principalmente nas plantações próximas ou no interior da zona semiárida, atualmente a maioria das valas de rega estão destruídas e a utilização da água é feita de forma aleatória.

A utilização de fitofármacos tem aumentado muito nestes últimos anos, o que indicia acrescidas crises ambientais pela intensificação da produção em agroecossistemas sensíveis. A tabela abaixo indica os principais produtos usados (e importados) em São Tomé e Príncipe.

TABELA 1 - PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS
MAIS USADOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PRINCIPAIS FITOFARMACOS UTILIZADOS EM STP					
Matéria ativa	Nome comercial	Combate		Dose / Concentração	Obs
		Pragas	Doenças		
Deltamicina	Deltaplan, Décis	lagartas, percevejos, afídeos, vespas		70cc/hl	Inseticida
Clorpirifos	Clorphos, Reldan Ultimate	lagartas, percevejos, afídeos, vespas		365cc/hl	Inseticida
Imidacloprid	Warrant	lagartas, percevejos, afídeos, vespas		50ml m.a./hl	Inseticida
Abamectina e Acrinatrina	Zorro	lagartas, percevejos, afídeos, vespas, eácaros		50-100cc/hl	Inseticida
CUSO ₄	Calda Bordaleza		Fungos	1-2kg/hl	Fungicida
Mancozebe	Mancozebe		Fungos	200g/hl	Fungicida
Mancozebe e Metalaxil-M	Ridomil		Fungos	400g/hl	Fungicida
Mancozebe + Cupertine M	Cupertine		Fungos	250g/hl	Fungicida
Gilfosato	Rumbo			700ml/hl	Herbicida
Bromadiolona	Verbitox			iscos para ratos	Rodenticida

Fonte: Direção de Planeamento do MADRP

Um setor nascente responsável por essa utilização é a horticultura. O cultivo tem sido desenvolvido em zonas de concentração periurbana, mas também de altitude, como Monte Café, configurando uma nova dinâmica nesses sistemas agroflorestais com fortes impactos ambientais. Aliás, avaliações feitas no âmbito deste trabalho indiciam que muitos produtores hortícolas associados à desflorestação junto de áreas protegidas estão a intensificar a exploração de recursos naturais para manter níveis de rentabilidade que, ironicamente, lhes permitam fazer face a custos diversos, incluindo de alimentação, nomeadamente na compra de arroz ou outros produtos importados alheios à cultura alimentar tradicional do país. A abertura de áreas nas plantações de culturas perenes para a instalação de culturas hortícolas tem vindo a provocar uma desagregação mecânica dos solos, a um ritmo intensivo. Este processo irá condicionar ainda mais as opções para geração de renda nas atividades agrope-

cuárias face aos impactos crescentes das alterações climáticas. De acordo com os resultados do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o país está inserido na região que corresponde a um aumento da temperatura superior à média mundial e a uma incoerência da precipitação. Prevê-se um aumento da temperatura de cerca de 2° C, associada a uma diminuição da precipitação em cerca de 15% por volta do ano 2100.

O recurso às sementes selecionadas é raro, sobretudo pela débil capacidade financeira das instituições de pesquisa e pelo preço elevado dessas sementes. A produtividade e produção agrícolas gerais são baixas e irregulares, com uma produção alimentar total que dificilmente ultrapassa, em média, cerca de 70.709 toneladas anuais. A banana, a matabala e a fruta-pão são de grande importância na dieta alimentar das famílias são-tomenses, representando em média 15.000 toneladas anuais. A mandioca, o inhame, a batata-doce e os amendoins são pouco cultivados. Ou seja, cerca de 200 anos após a introdução do cacau e 45 anos após a independência, a cultura de cacau continua a ser a principal cultura de exportação do país, que depende do exterior para satisfazer as suas necessidades alimentares.

Tendo em conta todas as modificações que o setor agrícola exportador conheceu nas últimas décadas (queda vertiginosa da produção, abandono das terras, corte indiscriminado de árvores de sombra, ataque de pragas e doenças, ausência de investimentos, falta de amanhos culturais, degradação do sistema de rega), verificou-se



uma acentuada diminuição da área do cacauzal em proveito de outras culturas de exportação, nomeadamente a pimenta e a baunilha, mas também, em menor escala, a fruticultura e outras culturas alimentares. Áreas de cacau foram ainda utilizadas para a urbanização. A diversificação como objetivo nacional está a acontecer, mantendo-se, contudo, na mesma lógica de reforço do sistema agroexportador.

Um dado novo é a adaptação do modo de produção.

Em setembro de 2000, teve início um Programa piloto de produção biológica de cacau em 11 comunidades, apoiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O programa abrange agora mais de 23 comunidades em São Tomé e 9 no Príncipe, cobrindo 2.805 hectares e 3.500 agricultores envolvidos em cooperativas de exportação de cacau biológico (CECAB e CECAQ-11). A produção em 2019 rondava as 2.200 toneladas, o que demonstra uma trajetória positiva, até porque o cacau convencional representa hoje cerca de 1.500 toneladas / ano. Mais importante será notar que a experiência de produção biológica permitiu a melhoria de renda e a manutenção de 3.500 produtores familiares, a redução das importações de fatores de produção nas áreas trabalhadas e a melhoria do acesso a serviços e infraestruturas básicas essenciais aos membros / associados das cooperativas, tais como saneamento, saúde ou educação. Permite ainda a gradual industrialização da produção, estando instalada a primeira unidade cooperativa de produção de chocolate pela CECAB.

Já quanto ao café, estima-se que atualmente a área explorada seja de cerca de 1.000 ha, incluindo as plantações existentes em Monte Café (zona de excelência para a variedade arábica) e pequenas plantações espalhadas por várias zonas do País. A degradação das plantações e a falta de incentivo aos produtores tem influenciado negativamente a produção do café. Atualmente, a produção de café pela cooperativa CECAFEB ronda as 9 toneladas / ano. Levantamentos territoriais realizados na região de Monte Café, no âmbito da iniciativa de promoção de Sistemas Alimentares Sustentáveis da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), demonstraram a vulnerabilidade do sistema agroflorestal que a suporta e vários desequilíbrios no ecossistema que antes a suportava, indiciando que a viabilidade económica dos produtores deste “novo” sistema está ameaçada, assim como as alternativas para a fixação de jovens nessas áreas.

Nas demais culturas com potencial de exportação, apenas a pimenta já montou canais de comercialização no exterior. Atualmente, os dados existentes sobre a pipericultura são fornecidos pelo Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA) por intermédio da fileira de Baunilha e Pimenta. Segundo os dados do PAPAFPA, existem em São Tomé e Príncipe 470 agricultores, produtores de pimenta. A superfície cultivada neste momento no país é de

71 hectares, mas poucas áreas estão em plena produção. Em 2019, a produção de pimenta dos agricultores que fazem parte da cooperativa CEPIBA totalizou cerca de 23 toneladas. Alguns agricultores querem apostar no gengibre, mas não existe ainda um canal de exportação. O palmar possui uma área estimada de 3.500 hectares, sendo que a empresa Agripalma possui uma área de 610 hectares de palmar da variedade “Tenera”, numa plantação renovada que mudou drasticamente o ecossistema e a paisagem no sul do país, não se dispondo de informações quanto ao impacto ambiental e social da operação (vacionada para exportação) em curso.

Vale uma referência ao setor da produção animal: a produção pecuária interna é baixa. Estima-se que existam cerca de 11.783 criadores de animais, a grande maioria criadores de aves de capoeira. A criação de bovinos não atinge mil cabeças em 25 explorações pecuárias por todo o país, assim como a criação de outras espécies, nomeadamente, porcos, cabras e ovelhas, em unidades pecuárias localizadas nas empresas agrícolas de superfícies superiores a 10 hectares. Na produção do leite, o país é 100% deficitário. O défice no setor é colmatado pelas importações, principalmente de frangos congelados, leite e seus derivados (manteiga, queijo, iogurte) e produtos transformados de origem animal, como fiambre, chouriço ou presunto. A criação de cabras, porcos e aves de capoeira tem evoluído de uma produção de subsistência no meio rural, para uma produção mais controlada e orientada para o mercado da cidade de São Tomé (distrito de Água Grande). O sistema de exploração na sua maioria é tradicional do tipo extensivo, em contraste com um número bastante reduzido de avicultores periurbanos (criadores de aves de raça melhorada), que praticam o sistema intensivo. Existe no setor uma importante produção avícola intensiva que se começa a modernizar e mecanizar no seu sistema de produção, direcionado à produção de ovos e frangos de corte, situado nas redondezas da capital. Tal desenvolvimento e oportunidade surge e reforça a trajetória de insustentabilidade do sistema alimentar, já que decorre da urbanização e recorre a matérias-primas importadas para a alimentação dos animais.

Neste setor verifica-se, também, frequentemente, a introdução de novas raças como a recente raça bovina Murciano-Granadina, de aptidão leiteira, proveniente de Espanha. Tais experiências têm tido um resultado muito limitado pelas dificuldades de adaptação dessas raças ao ecossistema.

A produção agrícola e animal é pouco industrializada em São Tomé e Príncipe. Sobressaem no setor da transformação a panificação, bebidas, óleos e um conjunto de atividades artesanais para o mercado interno, onde se destacam várias farinhas, o óleo de coco e o peixe fumado.

A panificação depende diretamente da matéria-prima importada (farinha de trigo), embora o país possua (e não use) outras alter-

nativas de produtos, como a mandioca, o milho e a fruta-pão, que podem substituir a farinha de trigo.

A produção de cervejas constitui uma das principais atividades industriais do país. Esta atividade também depende da matéria-prima que vem do exterior, como é o caso da cevada. Vale salientar que as maiores indústrias alimentares no país utilizam tecnologia da revolução industrial da segunda década do século XX e usam, essencialmente, matérias-primas importadas.

Como produtos locais transformados artesanalmente considera-se a mandioca, o dendem, o milho, os frutos secos, o amendoim e o café. Existem produtos como farinha de mandioca, farinha de matabala, farinha de milho, farinha de izaquente, farinha de fruta-pão, amendoim torrado ou pasta de amendoim, peixe fumado, seco e salgado, farinha de peixe, óleo de coco, bôbô fito, marmeladas e compotas diversas, assim como matabala frita “pala-pala”, entre outros. Trata-se de um setor com elevado grau de informalidade e vários problemas higiénico-sanitários, mas que abastece o mercado interno e algum turismo com os designados “produtos da terra”. Neste setor pode ainda incluir-se a produção de aguardentes e vinhos com base na palma ou cana-de-açúcar, esta última organizada na Comissão de Produtores de “Cacharamba”.

A comercialização de produtos alimentares em São Tomé depara-se com a ausência de infraestruturas de armazenamento e com elevados custos de transporte, em particular na região do Príncipe.

Em resumo, verificam-se trajetórias que, cumulativamente, indiciam que a produção de alimentos é incapaz de remunerar os que dela dependem, em particular os agricultores familiares, assim como alimentar adequadamente os habitantes do país, talvez a sua principal missão. As principais trajetórias aparentes são:

- Declínio da produtividade nas culturas de exportação tradicionais;
- Surgimento de novas cadeias biológicas de exportação;
- Aumento dos problemas fitossanitários;
- Elevação do consumo de fatores de produção;
- Perda de terra arável em particular em zonas de montanha;
- Degradação da paisagem (desflorestação e urbanização);
- Alteração das dietas tradicionais e da cultura alimentar;
- Aumento da pobreza rural;
- Migração rural - urbana;
- Aumento geral da vulnerabilidade alimentar e incapacidade de sustentação da população que cresce a uma taxa de cerca de 2% ao ano;
- Insegurança alimentar e nutricional no meio rural e urbano;

- Persistência de desigualdade de gênero e de acesso aos recursos;
- Elevada informalidade no setor da transformação.

Reconhecendo essas trajetórias, o propósito geral da estratégia de desenvolvimento deste setor, publicamente comunicada pelo atual Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, é contribuir de forma eficiente e eficaz para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, com quatro objetivos estratégicos:

- i. Melhorar as condições socioeconômicas da população rural;
- ii. Promover o crescimento do setor com a utilização sustentável dos recursos naturais;
- iii. Garantir a segurança alimentar dos são-tomenses;
- iv. Aumentar e diversificar as exportações agrícolas sustentáveis.

Estes objetivos ilustram a vontade política, visando um projeto de transformação, mas implicam opções institucionais complexas, as quais serão abordadas no próximo ponto.



6. QUADRO INSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Nas últimas décadas, os vários governos do país têm procurado abordar as trajetórias atrás expostas através da formulação de várias políticas públicas setoriais e intersetoriais. Os seus resultados não permitiram, contudo, a sua inversão. Não caberia neste trabalho, nem seria porventura útil, uma listagem dessas políticas. As lições aprendidas, essas sim, poderiam ser sistematizadas e permitir a procura de novos caminhos ou do reforço de outros, porque o país não pode falhar nesta transformação.

Face aos problemas existentes e à dependência da trajetória histórica antes apresentada, é importante equacionar o ambiente institucional existente para qualquer projeto efetivo de mudança. Inicia-se pelas componentes de pesquisa, formação e vulgarização – essenciais para a abordagem agroecológica.

Em São Tomé e Príncipe, a investigação, vulgarização e a extensão são feitas por diferentes instituições. A investigação virada para as culturas de exportação, sobretudo o cacau, é desenvolvida pelo Centro de Investigação Agronómico e Tecnológico (CIAT), sendo a extensão mais realizada pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR) e a formação pelo Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário (CATAP). Todas são organizações sob a tutela do Ministério da Agricultura. Todas possuem limitações (meios humanos e materiais) para sozinhas liderarem o conjunto de ações necessárias.

Mais recentemente, está a ser instalado no país um Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP (CAAFS-CPLP), nas instalações do CATAP, que terá por missão expandir o conhecimento e uso da agroecologia no país. Este projeto decorre de decisões do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) e pode ser relevante por construir pontes para o fomento da inovação no país e pela sua abertura permanente para intercâmbios e formações com outros países daquela comunidade (ACTUAR, 2019).

Na vulgarização e dentro do terceiro setor, encontra-se a ONG ADAPPA que desenvolve trabalhos ligados à extensão, sobretudo no domínio da agricultura sustentável. Embora com limitações várias em termos de meios, a ADAPPA possui uma estrutura técnica adequada a alguns dos desafios para a transformação do setor. No campo da pecuária, cabe à Direção de Pecuária (DP) o papel de

apoio aos produtores, o que pode limitar uma intervenção sistêmica e coordenada ao nível do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que se integra na estrutura de um Estado resultante, em grande parte, da conformação histórica do sistema atual. Os governos sucedem-se no país numa arquitetura de alianças várias destinadas a alcançar o poder de uso dos meios públicos. A articulação (ou competição) entre partidos do mesmo governo reforça o trabalho setorial e visões parciais. Mas, os governos em funções não são naturalmente idênticos na sua visão do país e o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas tem tido lideranças formadas no setor agrícola biológico. Existem sinais claros de mudança. “É vontade do Governo fazer do país uma ilha de produção 100% bio”, disse, aliás, Francisco Ramos, Ministro da Agricultura em funções, tendo sublinhado que “para tal o Governo pretende adotar políticas públicas que estimulam a produção biológica, entre as quais: facilitar o acesso a bio insumos disponíveis no mercado internacional, reduzir a utilização de insumos sintéticos e as taxas de importação dos referidos produtos, e promover a produção local de bio pesticidas para o mercado interno”³.

³ <http://www.stp-press.st/2020/05/22/ministro-da-agricultura-testemunha-assinatura-de-protocolo-100-biologico-para-garantia-da-seguranca-alimentar/>



Ainda na componente institucional, importa verificar os produtores (pequenos e médios), as suas organizações profissionais, os compradores e os intermediários, os exportadores e outras ONGs.

Os pequenos agricultores nacionais encontram-se organizados em associações ou cooperativas que, por sua vez, se agrupam numa federação nacional - FENAPA-STP. A Federação Nacional das Associações dos Pequenos Agricultores constitui o parceiro por excelência do Estado no processo de desenvolvimento agrícola nacional. Os médios produtores também estão organizados em associações e cooperativas, não tendo expressão da FENAPA. Nesta entidade estão, portanto, os descendentes dos trabalhadores rurais das roças, os assentados do processo de reforma fundiária e os que não possuem terra. Todos portadores de elevados défices de poder e autoestima que a agroecologia pode ajudar a ultrapassar se associada a uma estratégia de empoderamento via associativismo, ou seja, desenvolvimento de ações que tendam a expandir a cooperação destes atores com outros grupos (consumidores, por exemplo), mediante o estabelecimento de novas ligações.

Importa referir outras estruturas organizadas em rede e associativas relevantes para este trabalho.

A RESCSAN-STP (Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe) é um primeiro esforço de articulação em torno deste tema, constituindo, portanto, um espaço para construção de capacidades e articulação da sociedade civil que pode ser importante numa estratégia para a promoção da sustentabilidade alimentar. O carácter multidisciplinar e intersetorial da segurança alimentar e nutricional permite juntar organizações vocacionadas para temas diversificados como: agricultura, pesca, floresta, biodiversidade e recursos genéticos, agroecologia, acesso a terra e outros recursos (água, sementes, crédito), género, saúde e nutrição, HIV/Sida, comércio, etc. A capilaridade e abrangência da sua intervenção são importantes: o trabalho em rede permite uma maior capilaridade territorial, pois consegue trazer pequenas organizações que estão distanciadas dos centros de discussão, para trabalhar em conjunto. Dessa forma, consegue-se dar voz aos que têm mais dificuldades em partilhar os seus problemas e propostas. Por outro lado, a própria estrutura da rede permite ultrapassar as fronteiras nacionais para se relacionar ao nível regional e internacional com outras organizações, facilitando a incorporação de inovações. Criada em 16 de outubro de 2008, a RESCSAN-STP é atualmente constituída por 13 associações e secretariada por representantes executivos da ADAPPA e AJIE (Associação dos Jovens com Iniciativa Empresarial).

De referir ainda o papel da RedeBio (Rede para a Conservação da Biodiversidade), uma rede de organizações da sociedade civil que atuam em matérias relacionadas com a preservação do ambiente em São Tomé e Príncipe. Fazem parte desta rede organizações na-

cionais (ADAPPA, Zatona-ADIL, Quá Tela e MARAPA) e internacionais (TESE, Alisei e Leigos para o Desenvolvimento), com trabalho em desenvolvimento sustentável.

Estas plataformas são interlocutores reconhecidos pelas instituições do Estado. Outras organizações, como a Associação de Mulheres Juristas, a Ordem dos Advogados, a Associação de Economistas e, mais recentemente, o Centro de Integridade Pública, também procuram desempenhar um papel mais importante na informação, defesa e contrapeso, em questões de interesse público e social, bem como o controlo da ação pública (“watchdog”) e recebem apoio da UE e de outros parceiros para tal. Em 2015, foi ainda criada uma “Rede da Sociedade Civil para a Boa Governança”.

No que toca ao associativismo, e como já se referiu, as cooperativas que têm liderado o processo de conversação do cacau, café e outras culturas de exportação para a produção biológica, têm um papel importante na dinâmica recente do país. Uma análise realizada no âmbito deste trabalho com base em entrevistas semiestruturadas com estas cooperativas (CECAFEB, CECQA 11, CECAB e CEPIBA) indicou que estas conjuntamente possuem um volume de negócios anual superior a 4 milhões de euros e gastos de cerca de 200.000 euros com embalagens e outros fatores de produção, 100.000 euros em despesas de promoção e perto de 100.000 euros para certificação. Trata-se de um setor onde a cooperação se deveria reforçar institucionalmente em modalidades a avaliar, mas sempre visando a construção de maior poder político face às abordagens agroexportadoras convencionais. Poderiam ser estimuladas, talvez, a se agruparem numa federação específica com maior peso para apoio a um processo de transformação de longo prazo.

As ONGs são importantes pelas atividades que desenvolvem no mundo rural. No país, encontram-se organizações nacionais várias com grandes dificuldades de ação e organizações de matriz exterior a São Tomé e Príncipe que, embora com dificuldades, possuem maior facilidade de encontrar fundos para a sua ação. Não existe, contudo, uma articulação efetiva de ações tendo em vista o objetivo da sustentabilidade alimentar. Existe, contudo, a FONG - Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe, que pode desempenhar um papel relevante na construção de pontes entre várias áreas setoriais e interesses específicos.

É importante ainda referir a presença do setor privado, em particular os compradores e exportadores, que constituem também atores ativos no setor agrícola. Para além de empresas do setor da produção, existem os importadores e exportadores e as empresas de distribuição. De salientar a existência de duas sociedades agrocomerciais que se dedicam à compra dos produtos agrícolas, sobretudo o cacau. Os compradores estão organizados em torno de uma associação. Neste campo, a grande maioria dos operadores alimentares está direta ou indiretamente vinculada ao setor exportador

convencional, não sendo de esperar outra atitude que não seja de cooperação, visando uma transição progressiva para modelos mais sustentáveis para o país. Contudo, o nascente setor do turismo possui vários operadores privados interessados numa trajetória mais rápida para o desenvolvimento de produtos endógenos de qualidade, incluindo serviços associados como o ecoturismo. Uns e outros poderiam inserir-se num fundo de repartição de benefícios (entendido de forma ampla). A criação deste fundo traria para o domínio público o que já existe no domínio privado. Além disso, poderia financiar um programa de desenvolvimento territorial da agroecologia.

Por último, importa referir o papel das agências de cooperação presentes e atuantes em São Tomé e Príncipe e outros doadores. Em primeiro, as pertencentes ao Sistema das Nações Unidas, salientando-se a FAO, o FIDA e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Uma análise das suas operações e projetos no país revela a grande importância dos temas vinculados à sustentabilidade alimentar, pelo que são parceiros a considerar numa estratégia futura. Também a União Europeia tem um papel relevante, distribuído entre projetos vocacionados, por exemplo, à segurança alimentar e nutricional e às fileiras de exportação. Num caso e no outro é expectável a manutenção e até reforço do interesse e apoio à agenda de promoção de sistemas alimentares sustentáveis, que gradualmente se impõe na agenda internacional em geral e nos pequenos países insulares em particular.

A promoção ativa de um sistema alimentar mais resiliente e sustentável em São Tomé e Príncipe beneficiaria se os atores relevantes para esse processo pudessem reforçar as suas capacidades para esse objetivo. Uma questão a avaliar seria a importância de uma rede de comunicação para reforço / construção de capital social nesta área, com a participação de todas as entidades interessadas. Esta rede nacional de agroecologia poderia beneficiar de intercâmbios de conhecimento entre os participantes nacionais e de acesso a formação e intercâmbios com outros países da CPLP e de outras regiões, através da plataforma de construção de capacidades em agroecologia em implementação pelo Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP, com apoio da ONG portuguesa ACTUAR.

De facto, a constituição de redes de relações entre grupos ou comunidades similares (*bridging*) e as redes de relações externas (*linking*) são mecanismos interessantes no estabelecimento de relações de: i) confiança (resultado de interações com outras pessoas, que demonstram na experiência acumulada que responderam satisfatoriamente às expectativas existentes); ii) reciprocidade (princípio condutor de uma lógica de interação alheia à lógica do mercado, que envolve intercâmbios baseados em favores); iii) cooperação (ação complementar orientada para a consecução de objetivos compar-

tilhados de um empreendimento comum), que dimensionam o capital social.

Em seguida, em função dos pontos anteriores, propomos algumas recomendações para possível reforço da agroecologia no país enquanto componente central de uma estratégia de transformação do sistema alimentar nacional. Tais recomendações foram discutidas e validadas em reunião da RESCSAN-STP, em 2021.



7. RECOMENDAÇÕES VISANDO O REFORÇO DA SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA

Em função do exposto anteriormente, sugere-se a **constituição de uma rede de entidades interessadas num projeto de transformação do sistema alimentar de São Tomé e Príncipe**. Uma rede de entidades e de redes já existentes, não se sobrepondo a nenhuma das organizações que a ela aderirem. O primeiro objetivo seria o de partilhar informação. Estas entidades poderiam debater os objetivos de uma ação para fomento da agroecologia e sustentabilidade alimentar, tais como:

- 1) Ampliar o número de agricultores/as e produtores/as envolvidos com a produção biológica e agroecológica;
- 2) Incentivar a produção e distribuição de fatores de produção adequados à produção biológica e agroecológica;
- 3) Contribuir para a organização de agricultores e agricultoras em cooperativas e redes, e (re)localizar o consumo e o número de pontos de venda de produtos;
- 4) Estímulos coordenados à agroindustrialização e a outras formas de agregação de valor aos produtos biológicos e de base agroecológica;
- 5) Ampliação do acesso ao crédito e outras formas de financiamento e fomento (por exemplo projetos em parceria com organizações internacionais);
- 6) Inclusão da abordagem da agroecologia e de sistemas de produção biológica nos diferentes níveis de educação e ensino;
- 7) Ampliação do acesso do consumidor (individual e institucional) a informações e ao consumo de produtos biológicos e de base agroecológica;
- 8) Fomento da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais;
- 9) Democratização da agenda de pesquisa e integração com a extensão, de modo a socializar o conhecimento agroecológico para técnicos/as, agricultores/as e produtores/as;
- 10) Fortalecimento do protagonismo dos/as jovens e das mulheres rurais na agroecologia e produção biológica.

Estes objetivos gerais devem traduzir-se em estratégias concretas nos vários domínios relevantes, em particular nas áreas do **conhecimento, produção, uso e conservação de recursos naturais, comercialização e consumo** como a seguir se sugere, configurando um pacto nacional para um São Tomé e Príncipe agroecológico.

Estratégias para o conhecimento:

- Reforçar a assistência técnica com uma abordagem agroecológica e sistemas sustentáveis de produção com ações continuadas para os agricultores familiares, valorizando o papel das mulheres e jovens;
- Estabelecer uma rede de assistência técnica e extensão rural agroecológica da sociedade civil, promovendo o intercâmbio de conhecimentos;
- Incentivar a pesquisa, inovação e extensão tecnológica agroecológica nas instituições de ensino;
- Incentivar a criação de uma rede de pesquisa agroecológica, formada por empresas, cooperativas e instituições de ensino;
- Criar um espaço institucional no Ministério da Educação, que articule e fomenta ações para a agroecologia;
- Intensificar a sistematização da produção acadêmica e científica e do conhecimento agroecológico e a disponibilização de material técnico-pedagógico adequado para técnicos/as, agricultores/as, produtores/as e estudantes;
- Construir, aperfeiçoar e desenvolver mecanismos para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e produção biológica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino;
- Reconhecer o protagonismo e dar visibilidade às experiências das mulheres na agroecologia;
- Promover pesquisas e sistematicamente recolher informação sobre contaminação de alimentos e recursos naturais por fitofármacos, articulando com uma estratégia de comunicação;
- Promover a participação dos jovens nas ações de formação, pesquisa e extensão.

Estratégias para a produção:

- Estabelecer normas sobre produção de base agroecológica e transição agroecológica, que sirvam de apoio para a aplicação das políticas públicas, fortalecendo a produção de mulheres e jovens;
- Ajustar as normas utilizadas pelas entidades bancárias e operadores de crédito, para o reconhecimento dos processos, fatores de produção e serviços utilizados nos sistemas biológicos e de base agroecológica;
- Realizar o levantamento das necessidades potenciais de financiamento para a transição para sistemas biológicos e de base agroecológica, através das organizações dos agricultores;

- ↪ Fortalecer as organizações económicas da agricultura familiar e os micro e pequenos empreendimentos rurais;
- ↪ Viabilizar a segurança hídrica, para consumo e produção, aos agricultores familiares;
- ↪ Adequar os regulamentos sanitários e de inspeção para cobrir as pequenas e médias unidades de processamento de produção biológica e de base agroecológica;
- ↪ Orientar a elaboração dos novos projetos para os doadores a partir dos princípios da agroecologia, tornando-os prioritários para apoio.

Estratégias para uso e conservação dos recursos naturais:

- ↪ Identificar e procurar soluções que preservem territórios como áreas de conservação e uso da agrobiodiversidade, incluindo a sua classificação como SIPAM – Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial;
- ↪ Qualificar as organizações económicas para a produção de sementes;
- ↪ Adequar a legislação de sementes à realidade das variedades de interesse para a produção biológica e de base agroecológica, garantindo o exercício do direito dos agricultores ao livre uso da agrobiodiversidade;
- ↪ Promover a segurança alimentar e nutricional através do fortalecimento da sociobiodiversidade;
- ↪ Reconhecer e valorizar as práticas tradicionais e os saberes associados ao uso e gestão de plantas e ervas medicinais e aromáticas realizadas pelas mulheres;
- ↪ Ampliar o acesso a terra tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas, e garantir a universalização do acesso a água para consumo humano, aos animais e à agricultura;
- ↪ Reavaliar as medidas de biossegurança estabelecidas no país, de forma a garantir a não contaminação genética;
- ↪ Criar e implementar instrumentos adequados para a proteção e desenvolvimento da genética animal de interesse da agroecologia e produção biológica.

Estratégias para comercialização e consumo:

- ↪ Realizar ações de divulgação da produção e do consumo de biológicos e de base agroecológica;
- ↪ Promover e apoiar melhorias na infraestrutura, formas de gestão dos espaços de comercialização de alimentos biológicos e de base agroecológica;

- Aperfeiçoar e estimular as compras governamentais dos produtores e agricultores em conversão para produção biológica e transição agroecológica;
- Elaborar e submeter uma proposta de prémio por serviços ambientais nas aquisições públicas de alimentos;
- Fomentar a organização de grupos de agricultores familiares para a venda direta de produtos biológicos e agroecológicos;
- Promover os produtos biológicos e de base agroecológica nas ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Instituir mecanismos que assegurem compensações aos gestores municipais que adquiram produtos biológicos e de base agroecológica.

As recomendações acima expostas não encerram todas as prioridades possíveis, as quais podem ser discutidas em sede de discussões específicas para a construção de uma visão tão consensual quanto possível. Importa reter que as políticas, programas e ações em vigor e as que vierem a desenvolver-se deveriam procurar também reduzir as concentrações de poder nas cadeias de abastecimento e negócios agroalimentares convencionais extravertidas, que são uma barreira à mudança necessária e impedem uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis que proporcionam uma parcela mais justa dos benefícios económicos para produtores e consumidores do país.



BIBLIOGRAFIA

- ACTUAR. Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Estudo Prévio. 2019.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALTIERI, M.A. Agroecología. Bases Científicas de la Agricultura Alternativa. Valparaíso: CETAL, 1985.
- DE SCHUTTER, Oliver. Agroecology: A Tool for Realizing the Right to Food. E. Lichtfouse (ed.), Agroecology and Strategies for Climate Change, Sustainable Agriculture Reviews 8. 2011.
- FAO. Revisão Estratégica Fome Zero de S. Tomé e Príncipe (STP/ZHSR) – 1st Draft – 09.01.2018 – cópia do autor.
- FAO. High-Level Panel of Experts. Agroecological and Other Innovative Approaches for Sustainable Agriculture and Food Systems that Enhance Nutrition and Food Security. Report #14, Committee on World Food Security, Rome: FAO. 2019.
- FERRÃO, Mendes José. A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses. Lisboa: IICT, 1992.
- GIRALDO, O.F.; MCCUNE, N. Can the State Take Agroecology to Scale? Public Policy Experiences in Agroecological Territorialization from Latin America. Agroecology and Sustainable Food Systems 43: 785-809. 2019.
- GLIESSMAN, S.R. Agroecology. Researching the Basis for Sustainable Agriculture. New York: Verlag, 1998.
- HANS R. HERREN, BENEDIKT HAERLIN and the IAASTD+10 Advisory Group. Transformation of our Food Systems. 2020.
- IPES-Food. From Uniformity to Diversity: A Paradigm Shift from Industrial Agriculture to Diversified Agroecological Systems. 2016.
- LA VIA CAMPESINA. Toolkit: Peasant Agroecology Schools and the Peasant-to-Peasant Method of Horizontal Learning. 2017.
- MAURO, Frederic (org). O Império Luso-Brasileiro: 1620-1750. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Portugal, o Brasil e o Atlântico - Vol II.
- MAZOYER & ROUDART. História da Agricultura no Mundo. Editora UNESP, 2008.
- NYÉLÉNI MOVEMENT FOR FOOD SOVEREIGNTY. Declaration of the International Forum for Agroecology; Nyéléni Forum for Food Sovereignty: Sélingué, Mali, 2015.
- ROSSET, P., VAL, V., BARBOSA, L.P., MCCUNE, N. Agroecology and La Via Campesina II. Peasant Agroecology. Schools and the Formation of a Sociohistorical and Political Subject. Agroecology and Sustainable Food Systems 43(7-8): 895-914. 2019.

SARMENTO, Francisco. Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe. Tese Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2008.

SEIBERT GERHARD. Camaradas, Clientes e Compadres - Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe, Veja, Lisboa, 2001.

SOUSA PONTES, Celso. Documento base de caracterização do Sector Agrícola – cópia do autor, 2020.

TEBUS, ANITILZA. Políticas de segurança alimentar em São Tomé e Príncipe: uma análise a partir da percepção de gestores e pequenos agricultores. Universidade de Brasília, dissertação de Mestrado, 2014.

[illegible]

[illegible]

PROGRAMA



POLÍTICAS
AGROALIMENTARES
SUSTENTÁVEIS